

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

Laiana Paula Severo de Sousa, Maria Elias Soares

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10208>

Submetido em: 2024-10-14

Postado em: 2024-11-01 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

LAIANA PAULA SEVERO DE SOUSA¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2567-4342>

[<laianasevero@ufc.br>](mailto:laianasevero@ufc.br)

MARIA ELIAS SOARES²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3747-1941>

meliassoares@gmail.com

¹ Universidade Federal do Ceará (UFC). Sobral, CE, Brasil.

² Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, CE, Brasil.

RESUMO: O estudo buscou analisar a importância do Programa Restaurante Universitário para a permanência estudantil com a finalidade de identificar e discutir as diferentes percepções sobre a importância do programa para os estudantes de graduação do *Campus* da Universidade Federal do Ceará em Sobral-CE. Realizou-se uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, mediante a aplicação de um questionário eletrônico com os estudantes de graduação desse *Campus* da UFC. As informações obtidas na pesquisa foram analisadas de modo quantitativo e qualitativo, por meio do auxílio dos softwares *Statistical Package for the Social Sciences* e *Atlas.ti*, respectivamente. Para os respondentes, o Programa Restaurante Universitário é tido como um serviço que garante uma alimentação diária de qualidade, com um preço acessível e que proporciona economia de tempo e dinheiro para os usuários. Na análise dos dados, notou-se que não há diferença de percepção de importância entre o público pagante e os beneficiados com a gratuidade da taxa. Para ambas as categorias, o programa representa um equipamento de fundamental importância para a trajetória acadêmica e para a permanência do estudante. Conclui-se que o Programa Restaurante Universitário exerce um papel essencial para a permanência dos estudantes do *Campus* da UFC em Sobral.

Palavras-chave: políticas públicas; educação superior; assistência estudantil; restaurante universitário.

POLICIES FOR STUDENT PERMANENCE IN HIGHER EDUCATION: IMPORTANCE OF THE UNIVERSITY RESTAURANT PROGRAM

ABSTRACT: The study sought to analyze the importance of the University Restaurant Program for student permanence to identify and discuss the different perceptions of the importance of the program for undergraduate students at the Federal University of Ceará *Campus* in Sobral-CE. A descriptive survey was conducted, with a quantitative and qualitative approach, using an electronic questionnaire with undergraduate students at this UFC *campus*. The information obtained in the survey was quantitatively and qualitatively analyzed using the *Statistical Package for the Social Sciences* and *Atlas.ti* software, respectively. For the respondents, the University Restaurant Program is viewed as a service that guarantees quality daily meals at an affordable price and saves users' time and money. The analysis of the data showed no difference in the perception of importance between the paying public and those benefiting from the free meal program. For both categories, the program represents a fundamentally important program for the academic careers and continued enrollment of students. In summary, the University Restaurant Program plays an essential role in keeping students enrolled at the UFC *Campus* in Sobral.

Keywords: public policies; higher education; student assistance; university restaurant.

POLÍTICAS DE PERMANENCIA ESTUDIANTIL EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: LA IMPORTANCIA DEL PROGRAMA RESTAURANTE UNIVERSITARIO

RESUMEN: El estudio analizó la importancia del Programa Restaurante Universitario en la permanencia de la población estudiantil con el objetivo de identificar y discutir las diferentes percepciones sobre la importancia del programa para los estudiantes de pregrado en el Campus de la Universidad Federal de Ceará en Sobral-CE. Se realizó una investigación descriptiva, con enfoque cuantitativo y cualitativo, mediante la aplicación de un cuestionario electrónico a estudiantes de pregrado de este Campus UFC. Las informaciones obtenidas en la investigación se analizaron cuantitativa y cualitativamente, utilizando el software *Statistical Package for the Social Sciences* y *Atlas.ti*, respectivamente. Para los encuestados, el Programa Restaurante Universitario es visto como un servicio que garantiza una alimentación diaria de calidad, a un precio asequible y que proporciona ahorro de tiempo y dinero a los usuarios. Al analizar los datos, se observó que no hay diferencia en la percepción de importancia entre el público que paga y el que se beneficia de la tarifa gratuita. Para ambas categorías, el programa representa un equipamiento de fundamental importancia para la trayectoria académica y la permanencia del estudiante. Se concluye que el Programa Restaurante Universitario ejerce un papel fundamental en la permanencia de los estudiantes en el Campus de la UFC en Sobral.

Palabras clave: políticas públicas; educación superior; asistencia estudiantil; restaurante universitario

INTRODUÇÃO

Nas duas últimas décadas, especialmente no ensino superior, as políticas públicas - ações governamentais que têm como intuito “produzir resultados ou mudanças no mundo real” (Souza, 2006, p. 26) - contribuíram para inserir sujeitos que historicamente eram excluídos nesse nível educacional, como os estudantes oriundos das escolas públicas. Para atingir essa meta, tais políticas buscaram expandir o número de instituições, cursos e vagas na educação superior federal, sobretudo nas regiões mais interioranas do país.

No entanto, além de viabilizar o acesso, fazia-se necessário garantir que os estudantes das classes socioeconômicas mais desfavorecidas tivessem a possibilidade de permanecer na graduação. Desse modo, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) precisavam ofertar programas e ações que visassem assegurar as condições básicas para que os estudantes pudessem cursar e concluir o curso de nível superior.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), por meio de pesquisas com estudantes das IFES brasileiras, constatou que as ações de assistência estudiantil mais utilizadas pelos discentes estavam ligadas ao eixo Alimentação, do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Essas ações são desenvolvidas, na maioria das instituições, por meio dos Restaurantes Universitários (FONAPRACE, 2018; Fróes, 2010)

Os Restaurantes Universitários (RUs) permitem que os discentes possam realizar refeições adequadas em quantidade e qualidade, a um baixo custo ou de maneira gratuita, dentro dos campi da Instituição. Os RUs também são espaços de convívio entre os mais diversos integrantes da comunidade acadêmica, e são conhecidos por serem palco de expressões artísticas, políticas e culturais (Fróes, 2010).

Segundo os dados do FONAPRACE, a maioria do público usuário dos restaurantes universitários é formado por estudantes que adentraram a universidade, por meio das ações afirmativas (cotas). Esses discentes fazem pelo menos uma refeição por dia no RU, moram em residências

universitárias ou dividem moradia com colegas, estão matriculados em cursos em tempo integral e têm renda *per capita* familiar menor que um salário-mínimo (FONAPRACE, 2018).

A oferta de alimentação por meio dos RUs faz com que os estudantes tenham mais tempo para se dedicar a atividades acadêmicas ou pessoais, desfrutem de uma alimentação nutricionalmente adequada, além de reduzir os gastos financeiros e de tempo com o preparo de refeições e deslocamento.

Com base no exposto, esta pesquisa visa responder à seguinte questão: qual a influência do Programa Restaurante Universitário na permanência do discente de graduação do Campus da UFC em Sobral-CE?

Dessa maneira, este trabalho tem como objetivo geral analisar a importância do Programa Restaurante Universitário para a permanência estudantil, com a finalidade de identificar e discutir as diferentes percepções sobre a importância do programa para os estudantes de graduação do Campus da UFC em Sobral-CE.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

No ano de 1929, um grupo de universitários fundou, na cidade do Rio de Janeiro, a Casa do Estudante do Brasil, considerada um ponto de partida das ações de assistência estudantil no país. Para Alves e Brito (2021, p. 30), este local pode ser visto como “um exemplo histórico da pressão social por políticas de assistência estudantil, imprescindíveis à permanência do estudante desfavorecido socioeconomicamente na universidade” (Alves; Brito, 2021).

Os estudantes que se encontravam em situação de vulnerabilidade econômica e social tinham na Casa do Estudante um espaço onde poderiam receber alimentação gratuita e auxílio financeiro para se manter, durante o período de estudos (Alves; Brito, 2021; Silva; Carvalho, 2020; Costa, 2010).

Ao longo dos anos, o ensino público superior foi sendo ampliado no Brasil, tendo sido criadas, entre as décadas de 1950 e 1970, diversas universidades federais, em todos os estados da federação. Segundo Vasconcelos (2010), a expansão da educação de nível superior visava atender à demanda de uma indústria em plena expansão por mão de obra qualificada e pela alta concentração populacional na zona urbana.

O Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), criado na década de 1970 e vinculado ao Ministério da Educação, tinha o intuito de assegurar uma política de assistência estudantil, por meio da oferta de bolsas, alimentação, moradia e assistência médico-odontológica, para os estudantes de todos os níveis de ensino. No final da década de 1980, com o início da redemocratização, o Departamento teve as suas atividades encerradas e a oferta de ações da assistência estudantil ficou a cargo das instituições de ensino (Magalhães, 2013; Imperatori, 2017).

Após o fim do DAE, as ações de assistência estudantil desenvolvidas pelas instituições de ensino superior passaram a ser ofertadas de maneira “escassa e pulverizada” (Imperatori, 2017, p. 288; Magalhães, 2013). Nesse período, as universidades federais não recebiam recursos financeiros específicos para promover a assistência estudantil. Segundo Kowalski (2012), na década de 1990, por causa das limitações de recursos de custeio, a oferta de ações e programas para os estudantes ficaram ainda mais difíceis nas universidades federais.

No decorrer dos anos, devido à inexistência de uma legislação específica que determinasse a atuação da assistência estudantil no ensino superior, as ações desenvolvidas eram caracterizadas por

serem limitadas financeiramente e sem continuidade ao longo do tempo, visando apenas solucionar dificuldades pontuais e mais urgentes dos estudantes, como moradia e alimentação (Costa, 2010).

Com o objetivo de realizar o debate e a articulação da assistência estudantil no Brasil, para que esta seja um meio de viabilizar a permanência estudantil nas Instituições de Ensino Superior do país, surge, no ano de 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), composto por dirigentes ligados à área de assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras. O FONAPRACE é operacionalizado por meio de encontros regionais e nacionais, que têm por finalidade elaborar documentos que subsidiam os rumos da assistência estudantil e servem de base para a elaboração de políticas públicas para os discentes do ensino público superior do Brasil (FONAPRACE, 2012).

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), estabelecido por meio do Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, visava ampliar o acesso e a permanência na educação superior e tinha como uma das suas diretrizes reduzir as taxas de evasão, ocupar vagas ociosas e elevar o número de vagas, além de ampliar as políticas de inclusão e assistência estudantil (Brasil, 2007).

O REUNI buscava não somente aumentar o número de cursos e vagas na educação pública superior, mas também proporcionar que os estudantes beneficiados tivessem as condições necessárias para a conclusão dos cursos. Porém, para Andriola e Araújo (2021, p. 443) “nem todos os objetivos desejados foram alcançados”.

A Lei n. 12.711/2012 instituiu a política de cotas sociais e raciais nas IFES, aumentando o número de estudantes negros/as, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda egressos da escola pública nessas instituições de ensino. Com o aumento desse público nos espaços acadêmicos, fazia-se necessário ampliar a oferta de programas e ações para garantir a permanência dos estudantes nos cursos de graduação (Souza; Brandalise, 2017).

Assim, pode-se inferir que o REUNI promoveu a interiorização do ensino superior e as cotas sociais e raciais incluíram estudantes que historicamente eram excluídos da educação superior. Porém, além de elevar o acesso, fazia-se primordial aprimorar as condições de permanência na educação superior (Favato; Ruiz, 2018).

A assistência estudantil pode ser entendida como o grupo de ações e programas executados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, que tem como objetivo a redução da evasão, mediante a oferta de auxílios financeiros e serviços que viabilizem a permanência estudantil, principalmente dos discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A moradia e a alimentação são as principais ações assistenciais disponibilizadas pelas instituições de ensino (Correio, 2018).

O FONAPRACE, frequentemente, realiza encontros regionais e nacionais e pesquisas com estudantes universitários para entender e debater os rumos da assistência estudantil no país. Os documentos produzidos no final desses encontros e os resultados obtidos com as pesquisas serviram de embasamento teórico para a construção do Plano Nacional de Assistência Estudantil, no ano de 2007. Esse Plano foi sendo atualizado e sua implantação tornou-se uma meta prioritária para o Fórum. No final de 2007, no dia 12 de dezembro, a Portaria Normativa n. 39 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tornando-se um acontecimento de extrema importância na história do Fórum

Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2012). Anos depois de sua criação, o Programa foi regulamentado pelo Decreto n. 7.234/2010, da Presidência da República (Brasil, 2010).

No entanto, fazia-se necessário tornar o PNAES um direito assegurado pelo Estado Brasileiro e, após anos de lutas e discussões, foi sancionada e publicada, no dia 03 de julho de 2024, a Lei n. 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil, tendo como finalidade “ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos” (Brasil, 2024, art. 1º).

O segundo artigo da Lei apresenta os objetivos do novo PNAES, dentre os quais podem-se destacar os seguintes: democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência de estudantes nos cursos da educação pública federal e na conclusão desses cursos e reduzir as taxas de retenção e de evasão na educação pública federal (Brasil, 2024).

A lei do PNAES traz algumas mudanças, quando comparada ao decreto n. 7.234/2010, como a possibilidade da inserção, nos programas e ações da assistência estudantil, dos estudantes de pós-graduação presenciais (mestrado e doutorado) e discentes de outras instituições públicas de ensino superior, como as universidades estaduais, municipais e do Distrito Federal, por meio da celebração de convênios. Entretanto, vale ressaltar que essa maior abrangência do público vai depender da disponibilidade orçamentária (Brasil, 2024).

Outra novidade trazida pela Lei 14.914/2024 é o estabelecimento de Programas para desenvolver a assistência estudantil nas Instituições. Dentre esses, podemos citar o Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases), criado com a finalidade de “promover e garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes ao desenvolverem atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do espaço acadêmico” (Brasil, 2024, Art. 11).

O artigo 12 da Lei 14.194/2024, estabelece que o Pases tem como objetivos:

- I - considerar as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais na definição das variadas ofertas de alimentação oferecidas no interior das instituições federais de ensino;
- II - respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade nas instituições federais de ensino;
- III - garantir a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Ainda na mesma Lei, o artigo 14 estabelece que as IFES e as instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica “devem atuar de forma a oferecer espaços adequados para a oferta e o consumo de alimentos, por meio da criação e da disponibilização de restaurantes universitários que também atuem como espaços de formação cultural e para a cidadania” (Brasil, 2024).

As ações e programas vinculados ao PNAES têm o intuito de garantir que os discentes, principalmente os que se encontram em situações de vulnerabilidade social e econômica, possam ter condições de cursar o ensino superior, pois após o ingresso numa instituição pública, a preocupação dos estudantes e dos seus familiares gira em torno de como podem se manter no curso. Apesar de o ensino

ser gratuito, são vários os gastos que podem surgir após o início da graduação, tais como os gastos com moradia, alimentação, transporte e materiais (Ganam; Pinezzi, 2021). Esses custos podem inviabilizar a permanência no ensino superior de estudantes oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo.

Para Vasconcelos (2010, p. 612) “faz-se necessário associar a qualidade do ensino a uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, cultura e lazer, entre outros”. Assim, a publicação da Lei que cria a Política Nacional de Assistência Estudantil visa garantir que as IFES ofereçam os meios e condições necessários para que todos os estudantes universitários possam cursar e concluir a graduação, reduzindo assim as taxas de evasão e retenção universitária.

O PNAES pode ser considerado com marco na história da assistência estudantil no país (Ganam; Pinezzi, 2021; Martins; Silva; Mauricio, 2019). Dessa maneira, a Política Nacional de Assistência Estudantil visa reduzir as preocupações diárias relativas à manutenção do curso de graduação dos estudantes em vulnerabilidade social e econômica.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

A Universidade Federal do Ceará (UFC) foi criada por meio da Lei n. 2.373, de 16 de dezembro de 1954 e instalada no dia 25 de junho do ano seguinte, na cidade de Fortaleza. Durante quase 50 anos, a UFC concentrou suas atividades apenas na capital do Estado do Ceará (Cristino Filho, 2021). No período compreendido entre a data de sua instalação até o ano 2000, a UFC possuía campi apenas na capital do Estado, na cidade de Fortaleza. Somente no ano de 2001, a instituição se expandiu para outras regiões do estado, a partir da implantação do curso de medicina nas cidades de Sobral e Barbalha, nas regiões Norte e Cariri, respectivamente.

A primeira ação relativa à assistência estudantil na UFC foi a instalação do Restaurante Universitário nas dependências do Clube dos Estudantes Universitários, em 1957, durante a gestão do professor Antônio Martins Filho, primeiro reitor da instituição, demonstrando que a universidade, já no seu início, preocupava-se com o bem-estar e com a oferta de condições básicas para a permanência do estudante, principalmente os oriundos das classes econômicas mais desfavorecidas (Araújo, 2016; Nunes, 2021).

A unidade responsável pela gestão e pela realização das ações e programas de assistência estudantil na UFC é a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), que atua por meio de quatro Coordenadorias: a Coordenadoria Administrativa e Financeira, a Coordenadoria de Assistência Estudantil, a Coordenadoria de Atenção Multiprofissional ao Estudante e a Coordenadoria do Restaurante Universitário (UFC, 2024a). Esta é o setor responsável pela gestão do Programa Restaurante Universitário. As unidades dos refeitórios universitários são chefiadas por nutricionistas da UFC, que atuam juntamente com a Coordenadoria no planejamento, administração, realização e supervisão das ações realizadas nos RUs (Maia, 2008).

O Programa Restaurante Universitário na Universidade Federal do Ceará

O primeiro restaurante universitário da Universidade Federal do Ceará foi instalado no bairro do Benfica, com a finalidade de fornecer uma alimentação praticamente gratuita aos alunos mais necessitados. Segundo a descrição contida na página eletrônica da UFC, o serviço do Restaurante

Universitário tem como objetivo “[...] proporcionar refeições de alta qualidade para estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos da UFC, além de servir como um espaço de encontro e integração para toda a comunidade universitária” (UFC, 2024a).

Até o ano de 2010, a UFC contava com apenas duas unidades do Restaurante Universitário, ambas situadas nos campi da cidade de Fortaleza: no Benfica e no Pici. A expansão universitária, provocada pelo REUNI, ocasionou a instalação de novas unidades desse serviço, passando a ser disponibilizado nos demais campi da universidade a partir de 2011, atendendo às demandas do processo de crescimento da oferta do ensino superior no Estado do Ceará (Quadro 1) (Teixeira, 2016; UFC, 2024a).

Quadro 1 - Histórico da instalação dos Restaurantes Universitários na Universidade Federal do Ceará

Ano/Período	Evento
1957	Instalação do primeiro RU da UFC no Benfica, nas dependências do Clube de Estudantes Universitários.
Década de 1970	O Campus do Pici passa a contar com uma unidade do restaurante universitário.
2011	As unidades do RU do Instituto de Ciências do Mar e dos Campi de Sobral e Quixadá iniciam suas atividades.
2013	A unidade do RU do Campus do Porangabuçu é inaugurada.
2015	Os campi de Crateús e Russas passam a disponibilizar os serviços do RU.
2016	O Campus do Pici passa a disponibilizar uma segunda unidade do refeitório universitário.
2023	A unidade do Refeitório do Campus de Itapajé inicia o serviço de distribuição de refeições.

Fonte: Universidade Federal do Ceará (2023a); Teixeira et al. (2016).

Os estudantes acessam os refeitórios universitários da UFC, segundo as seguintes categorias: discente, isento, residente e moradia. O acesso ao serviço é feito através de um cartão recarregável, cuja primeira via é gratuita. Os usuários que utilizam o refeitório na categoria discente pagam uma taxa que pode variar entre R\$ 1,10, para as recargas feitas on-line, ou R\$ 3,00, caso opte por recarregar o cartão no guichê de atendimento. As categorias isento, residente e moradia são beneficiadas com a gratuidade da taxa de acesso. As demais categorias de usuários (servidores técnico-administrativos, docentes e terceirizados), pagam uma taxa no valor de R\$ 13,50 por refeição (UFC, 2024a).

Segundo os dados do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos da UFC, no ano de 2023, a quase totalidade do público usuário do Programa Restaurante Universitário, cerca de 98,0%, era de estudantes, de todas as categorias de acesso (discente, moradia, isento e residente). No mesmo ano, o RU do Campus de Sobral forneceu 219.296 (duzentos e dezenove mil, duzentos e noventa e seis) refeições, entre almoço e jantar (UFC, 2024b).

O serviço realizado pelo restaurante universitário pode ser considerado como uma ação essencial na garantia da segurança alimentar e de qualidade de vida para os estudantes da Universidade Federal do Ceará (Aguiar; Nunes; Abreu, 2021). Araújo (2016) constatou, em seu estudo realizado no Campus da UFC em Sobral, que, quando os estudantes beneficiados com a gratuidade da taxa (residentes e auxílio moradia) não conseguem utilizar o restaurante universitário, acontece uma redução da qualidade das refeições que eles consomem, demonstrando a relevância desse equipamento para a garantia de uma

alimentação adequada, principalmente para os estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Todos os dias, milhares de estudantes usuários do serviço, consomem as refeições ofertadas por esse equipamento, uma alimentação de qualidade, parcial ou totalmente subsidiada, para todo o público estudantil, viabilizando as condições básicas necessárias para a diplomação e o atendimento ao direito à alimentação.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, sendo adotado, como procedimento técnico, a pesquisa de campo.

A população estudada foi composta pelos estudantes dos oito cursos de graduação ofertados no Campus da UFC em Sobral (Ciências Econômicas, Engenharia da Computação, Engenharia Elétrica, Finanças, Medicina, Música – Licenciatura, Odontologia, Psicologia). Conforme os dados disponíveis nos painéis estratégicos da Universidade, no semestre 2022.2, o campus contava com 2.284 (dois mil, duzentos e oitenta e quatro) estudantes de graduação ativos (UFC, 2024c). A coleta de dados foi feita mediante a aplicação de um questionário eletrônico com os discentes dos cursos de graduação do Campus de Sobral. Para a delimitação da amostra, foi utilizada a amostragem populacional probabilística. Para sua determinação, utilizou-se a fórmula de Stevenson (1981) para população finita.

Fórmula 1:

$$n = \frac{z^2 pqN}{(N-1) e^2 + z^2 pq}$$

Em que:

n = tamanho amostral;

z = nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão;

N = tamanho da população;

p = proporção populacional de um fenômeno a ser pesquisado (proporção conhecida previamente, em que $0 < P < 1$);

q = (1-p)

e = erro amostral.

Nesta pesquisa, para determinação do tamanho amostral, foram utilizados os seguintes dados:

N = 2.284

z = 1,96, o que corresponde a um nível de confiança de 95%

e = 5% (erro de estimativa)

p = 0,5 (fornece o maior tamanho amostral para os erros de estimativa e nível de confiança escolhidos).

Após a realização do cálculo com base na fórmula, a amostra da população para a pesquisa foi definida em 329 estudantes. Ao realizar a aplicação do questionário, foi obtida uma amostra de 331 participantes, uma amostra um pouco maior que a esperada. Entretanto, a margem de erro não sofreu modificação.

A coleta de dados foi feita por meio de um questionário eletrônico que continha questões objetivas e subjetivas, a respeito do perfil socioeconômico, frequência de utilização, impressões, percepções e importância do programa restaurante universitário para o estudante de graduação.

Depois da realização da coleta, os dados obtidos foram compilados no Microsoft Office Excel 365. A análise dos dados quantitativos foi feita por meio da utilização do software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS, versão 29, com o qual foram efetuadas as estatísticas descritivas necessárias para atender ao propósito do trabalho, como frequências, média, desvio-padrão e medidas de associação, como o teste qui-quadrado de Pearson.

Na análise das informações qualitativas, utilizou-se o software Atlas.ti, versão 23, para organizar os dados. A categorização e a avaliação destes dados foram realizadas por meio da análise de conteúdo. Para Bardin (2016, p.37) “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises das comunicações”, ou seja, essa análise não é um instrumento único, mas uma diversidade de técnicas que devem conter o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade (Bardin, 2016).

No que diz respeito aos aspectos éticos e legais, como disposto na Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, o projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará - CEP/UFC/PROPESQ, por meio do parecer nº 5.880.417.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização do público participante

Os 331 participantes da pesquisa eram estudantes dos oito cursos de graduação ofertados no Campus da Universidade Federal do Ceará em Sobral. A maioria dos pesquisados (60,7%) era oriunda dos cursos de Engenharia Elétrica, Medicina e Engenharia da Computação, que são os cursos com maior número de estudantes matriculados no Campus (Tabela 1).

Tabela 1 - Distribuição de participantes por curso de graduação

Curso de graduação	Quantidade de participantes	
	n	%
Ciências Econômicas	17	5,1%
Engenharia da Computação	61	18,4%
Engenharia Elétrica	76	23,0%
Finanças	12	3,6%
Medicina	64	19,3%
Música - Licenciatura	14	4,2%
Odontologia	50	15,1%
Psicologia	37	11,3%
Total	331	100,0%

Fonte: Elaboração das autoras com dados da pesquisa (2024).

A faixa etária dos participantes estava entre 20 e 24 anos (68,0%), com média de idade de 22 anos e desvio padrão de 3,58, ou seja, o público respondente era composto por adultos jovens, recém-saídos da adolescência. A idade mínima encontrada foi de 18 e a máxima de 45 anos. A faixa de idade dos pesquisados se assemelha aos resultados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural

dos(as) Graduandos(as) das IFES, em que 49,3% estavam dentro do intervalo acima citado (FONAPRACE, 2018).

Quanto ao gênero, a maioria dos discentes afirmou pertencer ao gênero masculino (65,0%). No que diz respeito à cor ou à raça, 54,1% se autodeclararam pardos. Essas informações vão ao encontro do perfil da comunidade estudantil da UFC, disponibilizados no Painel do Censo da Educação Superior do ano de 2021. Conforme os dados do painel, o quadro discente da instituição é formado por pessoas do gênero masculino (55,3%), de cor/raça preta ou parda (63,4%) e com média de idade de 22 anos (BRASIL, 2023).

Os estudos de Santos (2016) e de Vieira e Cavalcanti (2020), realizados em restaurantes universitários de universidade federais situadas na região Nordeste, notaram que as pessoas do gênero masculino formavam a maioria do público usuário do serviço, demonstrando uma similaridade com os achados deste estudo. A pesquisa de Nunes (2021) feita com os beneficiários do Programa Auxílio Moradia do Campus da UFC em Sobral, constatou que os estudantes do gênero masculino constituíam a maior parte dos beneficiados por esse programa. Para a referida autora, a causa pode estar ligada ao fato de esse público receber menos ajuda dos familiares, quando comparado com o gênero feminino. Uma outra explicação também pode estar relacionada com a maior presença dos discentes do gênero masculino na instituição, consoante os dados do Painel do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2023).

A renda familiar é frequentemente citada como um dos fatores determinantes das condições de permanência ou evasão do discente no curso de graduação (Imperatori, 2017). Nesta pesquisa constatou-se que a maioria dos discentes (44,71%) estava na faixa de renda composta entre 1 e 2 salários-mínimos e 25,08% relataram ter renda abaixo de um salário-mínimo mensal. Na pesquisa feita pelo FONAPRACE, em 2018, 23,5% dos estudantes pesquisados apontaram que a renda bruta mensal estava entre 1 e 2 salários-mínimos e 12,0% menor que um salário. Assim, pode-se notar que os resultados obtidos mostram uma queda na renda familiar dos estudantes (FONAPRACE, 2018).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, no ano de 2021, a renda média dos domicílios brasileiros foi a menor desde o início da série histórica, em 2012. As mudanças no cenário político e econômico vivenciadas nos últimos anos, o elevado índice de desemprego, a pandemia da COVID-19 e a redução da renda médias dos domicílios no país podem ter contribuído para reduzir a renda bruta mensal das famílias dos discentes de graduação pesquisados (FONAPRACE, 2018; IBGE, 2024).

Com relação ao tipo de escola em que cursaram o ensino médio, a maior parte dos respondentes afirmou ter cursado o ensino médio em escola pública (71,9%). Esse fato pode estar relacionado à política de cotas adotada nas universidades federais, após a Lei n. 12.177/2012, em que metade das vagas dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior é destinada aos estudantes de escolas públicas de ensino médio, aumentando a presença destes no ensino superior público brasileiro (Brasil, 2012).

O detalhamento dos dados descritos acima pode ser visualizado de maneira mais detalhada na Tabela 2.

Tabela 2 - Dados sociodemográficos dos estudantes

Variáveis	n	%
Faixa etária		
Menor que 20	49	14,8%
De 20 a 24	225	68,0%
De 25 a 29	47	14,2%
Maior ou igual a 30	10	3,0%
Identidade de gênero		
Masculino	215	65,0%
Feminino	116	35,0%
Outro	0	0,0%
Cor/raça		
Amarela	5	1,51%
Branca	118	35,65%
Indígena	1	0,3%
Parda	179	54,1%
Preta	28	8,5%
Renda familiar mensal		
Abaixo de 1 salário-mínimo	83	25,1%
Entre 1 e 2 salários-mínimos	148	44,7%
Entre 2 e 3 salários-mínimos	50	15,1%
Entre 3 e 5 salários-mínimos	25	7,6%
Entre 5 e 10 salários-mínimos	16	4,8%
Acima de 10 salários-mínimos	9	2,7%
Tipo de escola em que cursou o ensino médio		
Escola pública	238	71,9%
Escola privada (bolsista)	35	10,6%
Escola privada (não bolsista)	55	16,6%
Mista (pública e privada)	3	0,9%

Fonte: Elaboração das autoras com dados da pesquisa (2024).

Com relação ao local de origem e moradia atual, um pouco mais da metade dos respondentes (51,0%) são do estado do Ceará, porém de cidades que estão fora das regiões metropolitanas de Sobral e Fortaleza. A maioria (78,5%) precisou mudar de cidade para cursar o ensino superior e, no momento da pesquisa, 81,9% estavam residindo na cidade sede do Campus.

Muitos jovens decidem cursar o ensino superior em cidades diferentes do seu local de origem, principalmente aqueles oriundos de cidades de pequeno porte. Esse movimento migratório ocorre para que esses jovens possam encontrar mais possibilidades de cursos e instituições, e, posteriormente, atuar no mercado de trabalho (Nunes, 2021).

Utilização do Restaurante Universitário

Ao analisar o perfil de utilização do serviço do Refeitório Universitário (Tabela 3), constatou-se que a maioria dos respondentes acessa o RU na categoria discente pagante (63,1%) e diariamente fazem as duas refeições do dia no RU. Os estudos de Medeiros et al. (2013) e Teixeira et al. (2016), realizados em restaurantes universitários da região Nordeste, apresentaram resultados semelhantes ao encontrado nesse estudo.

Tabela 3 - Perfil de utilização do Refeitório Universitário

Variáveis	n	%
Categoria de acesso		
Discente	209	63,1%
Auxílio moradia	73	22,1%
Isento	49	14,8%
Nº. de dias por semana que utiliza o RU		
1 dia	8	2,4%
2 dias	5	1,5%
3 dias	14	4,2%
4 dias	25	7,6%
5 dias	279	84,3%
Refeições que faz no RU		
Almoço	69	20,8%
Jantar	24	7,3%
Almoço e jantar	238	71,9%

Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa (2024).

Os estudantes universitários alegam inúmeros motivos para realizar suas refeições nos restaurantes universitários. Neste estudo as principais razões citadas pelos respondentes para utilizar o serviço do RU são, respectivamente, preço das refeições, praticidade, falta de tempo, qualidade das refeições e distância de casa. Esse resultado coincide com o encontrado na pesquisa realizada por Moreira Júnior et al (2015), quando avaliaram a satisfação dos usuários de um RU de uma universidade federal.

O fator mais citado como principal motivador foi o preço das refeições. Na UFC os discentes pagam uma taxa que pode variar, dependendo do modo de recarga do cartão de acesso, entre R\$ 1,10 (recarga on-line) ou R\$ 3,00 (recarga no guichê de atendimento). Uma parcela dos estudantes são beneficiados com a gratuidade da taxa de acesso, ou seja, fazem as suas refeições sem precisar pagar a taxa (UFC, 2024a).

Muitas vezes, os estudantes universitários, alegam que a excessiva carga de atividades curriculares e extracurriculares acabam reduzindo o tempo disponível para fazer outras tarefas. Sendo assim, realizar as principais refeições no restaurante universitário se torna uma maneira prática e rápida para que os discentes possam se alimentar adequadamente e de maneira saudável, geralmente sem precisar se deslocar do Campus. Além disso, destacam a qualidade das refeições servidas no RU e a oferta diária de um cardápio completo com alimentos de todos os grupos alimentares.

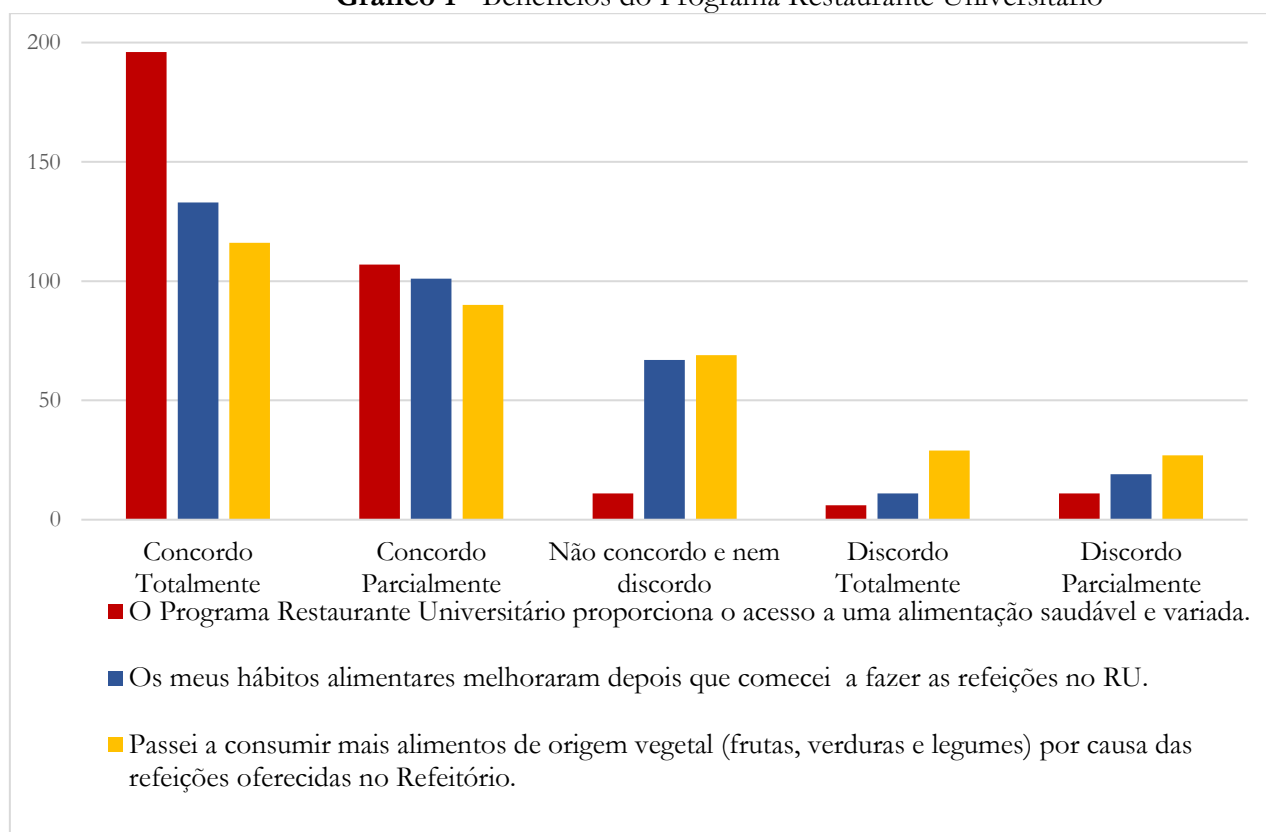
Dimensões de importância do Programa Restaurante Universitário

Carvalho (2022, p. 16), considera que os restaurantes universitários são “a base propulsora da assistência estudantil” das Instituições Federais de Ensino Superior. Esses serviços têm como principal objetivo a distribuição de refeições nutricionalmente adequadas, tanto quantitativa, como qualitativamente. As refeições servidas devem também ser financeiramente acessíveis e devem estar disponíveis para todos os discentes, dando prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade econômica e social.

As refeições distribuídas nos RU's precisam ser biologicamente e socialmente adequadas para os seus usuários e devem incentivar a melhoria dos hábitos alimentares, por meio da oferta constante de alimentos nutricionalmente ricos e com baixo teor de processamento. A ingestão diária de uma alimentação nutricionalmente adequada, contribui para a melhoria da saúde dos estudantes usuários desse equipamento da assistência estudantil.

Assim, diante das informações dispostas acima, foram feitas perguntas com o intuito de verificar se o Programa Restaurante Universitário do Campus de Sobral estaria contribuindo para a melhoria da alimentação dos estudantes (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Benefícios do Programa Restaurante Universitário



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa (2024).

Nota-se que, para quase todos os respondentes, o Programa Restaurante Universitário proporciona o acesso a uma alimentação saudável e variada, incentiva o consumo de produtos de origem vegetal, ricos em nutrientes como fibras, vitaminas e minerais, além de contribuir para a melhoria dos hábitos alimentares do jovem público estudantil.

Como ficou demonstrado, os usuários dos restaurantes universitários são, em grande maioria, formados por estudantes jovens, recém-saídos da adolescência, sendo que uma parte destes precisou sair de casa pela primeira vez na vida, tendo de assumir responsabilidades que antes eram dos pais ou parentes próximos, como a compra e o preparo das refeições (Mussio, 2015).

Durante a graduação, muitos jovens estudantes começam a ter mais preocupações com o estilo de vida, com a saúde e com a estética corporal. Tudo isso acaba fazendo com que esses jovens despertem a vontade de cuidar mais de si, como por exemplo mudar os hábitos alimentares e fazer atividades físicas. Todavia, esses estudantes acabam encontrando algumas dificuldades nessa busca por uma vida mais saudável e por motivos como falta de dinheiro, tempo, e de condições para o preparo e aquisição de alimentos saudáveis, eles acabam consumindo com maior frequência produtos com alto grau de processamento, ricos em açúcar, sódio, gordura, corantes e conservantes.

Segundo a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei n. 11.346/2006, a alimentação adequada pode ser conceituada como “direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal” (Brasil, 2006, Art. 2).

A alimentação saudável pode ser compreendida como aquela que visa atender a todas as necessidades e exigências do corpo humano. Sendo assim, não existe um padrão único de alimentação, tendo em vista que cada indivíduo apresenta uma necessidade nutricional específica.

O alimento, para ser considerado como saudável, não deve ser visto apenas como uma fonte de nutrientes que vão melhorar as condições de saúde, mas como meio de prazer e de reconhecimento cultural e familiar. O ato de alimentar-se não deve se resumir apenas à saciedade e ao fator nutricional, mas deve respeitar e valorizar os aspectos culturais, sociais, afetivos e sensoriais do indivíduo ou da população (Brasil, 2006).

Para Benvindo, Pinto e Bardoni (2017), a oferta diária de hortaliças, leguminosas e frutas, alimentos estes ricos em vitaminas, minerais, fibras e compostos bioativos, estimula o consumo destes, o que torna os restaurantes universitários serviços com grande potencial na formação e melhoria de bons hábitos alimentares e na promoção de uma vida mais saudável.

As fibras, vitaminas, minerais e os compostos bioativos presentes nos alimentos, principalmente os de origem vegetal, desempenham diversas funções no organismo humano: contribuem para o crescimento e desenvolvimento; manutenção e melhoria da saúde; agem no combate das deficiências nutricionais; auxiliam na melhoria da concentração; fornecem energia para o desempenho das atividades diárias e auxiliam na prevenção e melhora de diversas doenças (Pimentel; Elias; Philippi, 2019).

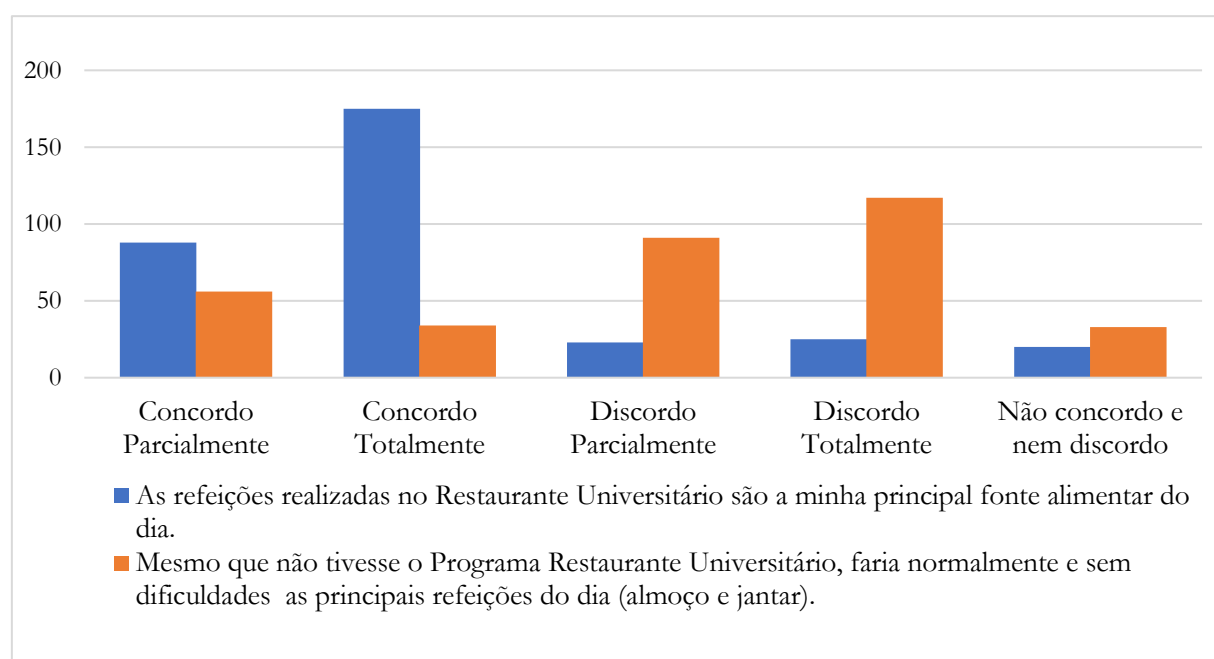
Os estudantes universitários, sobretudo os oriundos das famílias mais pobres, encontram nos RUs um espaço que disponibiliza diariamente refeições compostas pelos mais diversos grupos de alimentos (cereais, leguminosas, proteínas de origem animal e vegetal, legumes, verduras e frutas), além dos sucos e sobremesas. Assim, diariamente, os discentes têm acesso a uma alimentação completa, parcial ou totalmente subsidiada pelas Instituições de Ensino.

Por outro lado, quando esse serviço não pode ser ofertado, percebe-se uma redução do nível de qualidade nutricional dos alimentos consumidos, notando-se o aumento do consumo de produtos com baixo teor nutricional, como lanches rápidos e alimentos ultraprocessados (Araújo, 2016; Alves; Boog, 2007).

Neste estudo, cerca de 80,0% dos pesquisados concordaram, parcial e totalmente, que as refeições realizadas no restaurante universitário são a principal fonte alimentar do dia (Gráfico 2). Os estudos de Wolff (2018), Araújo (2016) e Alves e Boog (2007) também encontraram resultados semelhantes a esse, demonstrando a essencialidade desse equipamento como instrumento garantidor da alimentação diária dos estudantes de graduação.

Ao serem questionados se, caso não existisse o Programa Restaurante Universitário no Campus, ainda fariam normalmente e sem dificuldades as principais refeições do dia, cerca de 63,0% dos discentes discordaram de maneira total e parcial, da afirmação, podendo-se inferir que, sem o programa, uma grande parcela dos estudantes teria problemas para almoçar e jantar, diariamente (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Programa Restaurante Universitário e a garantia do acesso à alimentação diária



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa (2024).

Cabe destacar que uma parcela considerável dos usuários do restaurante universitário é formada por estudantes beneficiados com a gratuidade da taxa de acesso, pois são oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo, razão pela qual esses discentes apresentam mais dificuldades para se manter na graduação. Assim, sem o Programa Restaurante Universitário alguns estudantes poderiam deixar de fazer alguma refeição, por não ter condições de arcar com os custos da aquisição dos alimentos, seja em supermercados ou em restaurantes comerciais (Haddad, 2013).

Quando indagados se ainda teriam optado por cursar a graduação no Campus da UFC em Sobral, mesmo que não tivesse o serviço do Restaurante Universitário, a maioria (72,0%) respondeu que “sim”. Como a resposta parecia um tanto contraditória, visando esclarecer e complementar a questão anterior, foi solicitado que os respondentes explicassem, numa pergunta aberta, como fariam e/ou custeariam suas refeições, sem ter a opção do RU no Campus de Sobral.

A maior parte dos pesquisados respondeu que a solução seria fazer as refeições em casa, conforme se constata nas respostas de (1) a (9). Entretanto, essa não seria uma opção muito prática no dia a dia, pois diversas mudanças na rotina precisariam ser realizadas, como: deixar de cursar alguma

disciplina para ter tempo de cozinhar; voltar diariamente para a casa dos pais em outra cidade ou trabalhar no contraturno do curso, para ter condições financeiras de custear a alimentação.

- (1) Infelizmente teria que optar por um único turno para cursar as disciplinas e conseguir voltar para casa no ônibus universitário disponibilizado pelo município da minha cidade de origem, o que por consequência atrasaria sem sombra de dúvidas a conclusão da graduação (respondente 21).
- (2) Teria de reajustar horários para me deslocar e realizar refeições em casa (respondente 110).
- (3) Seria algo completamente difícil para mim, provavelmente teria que fazer marmitas diariamente. (respondente 179).
- (4) Provavelmente teria que arranjar um emprego de período integral, para custear minha alimentação (respondente 90).
- (5) Diminuiria a qualidade e arrumaria um trabalho de meio período (respondente 153).
- (6) Se meus pais não conseguissem arcar com as despesas teria que buscar algum emprego (respondente 228).
- (7) Eu teria que procurar um trabalho melhor, que conversasse com os horários das aulas, para conseguir custear principalmente o meu almoço durante a semana, visto que moro um pouco distante da faculdade para fazer minha refeição em casa (respondente 253).
- (8) Tentaria alguma bolsa, sem isso seria inviável a permanência (respondente 277).
- (9) Teria que pedir ajuda e trabalharia a noite (respondente 320).

As pesquisas de Evangelista (2020) e Bardagi e Hutz (2009), apontam que os estudantes que precisam conciliar trabalho e estudo são aqueles que apresentam os maiores índices de retenção universitária. A retenção universitária pode ser compreendida como a permanência além do tempo estabelecido no curso, estando diretamente relacionada com a evasão. Os estudantes retidos acabam tendo um maior tempo de vínculo com a instituição de ensino. Porém, por diversos motivos, esses discentes não conseguem dedicar o tempo necessário no ambiente universitário e acabam por não ter a oportunidade de vivenciá-lo, diminuindo as chances de obter um grau de identificação com o estabelecimento de ensino, aumentando as possibilidades de desistência do curso (Evangelista, 2020).

Para Oliveira e Barbosa (2016, pág. 1) “a retenção e evasão refletem disfunções, institucionais e/ou pessoais, no processo de formação acadêmica do alunado”, uma vez que o objetivo das IFES é a conclusão do curso superior.

Solicitar a ajuda de pais, parentes e amigos próximos também foi uma alternativa apontada pelos respondentes, tendo em vista que a maioria dos estudantes não tem condições financeiras para arcar com todos os gastos para se manter na cidade sede do campus. Vale ressaltar que muitos discentes já recebem algum tipo de ajuda financeira dos pais ou parentes, embora a maior parte deles seja oriunda de famílias de baixa renda. Assim, caso tivessem que arcar com mais gastos, haveria um comprometimento ainda maior da renda familiar mensal, conforme ilustrado nos trechos de (10) a (12).

(10) Teria que pedir ajuda a meus pais, pois não tenho condições de custear (respondente 128).

(11) Com o auxílio financeiro da família (respondente 158).

(12) Necessitaria de ajuda financeira por parte de familiares para conseguir financiar minhas refeições sem que afetasse minha saúde (respondente 217).

Outras possibilidades citadas para suprir a falta do Programa Restaurante Universitário foram: a aquisição de marmitas, fazer as refeições em restaurantes comerciais e comer lanches, como salgados e biscoitos. É preciso alertar, porém, que adquirir refeições em estabelecimentos comerciais aumentaria, de maneira significativa, os custos diários e o consumo frequente de alimentos com baixo valor nutricional poderia causar sérios danos à saúde.

Continuando a pesquisa, foi feita a seguinte pergunta “sem as refeições ofertadas pelo Refeitório Universitário, você ainda teria condições de permanecer no curso?”. Dos respondentes, 70,0% disseram que mesmo sem o RU permaneceriam no curso, porém também apontaram que seria necessária a realização de mudanças na rotina diária, como: deixar de cursar disciplinas; retornar diariamente à casa dos pais em outras cidades; pular refeições e procurar trabalho no contraturno do curso. Essas mudanças, possivelmente, trariam consequências negativas para o desempenho acadêmico e a permanência do estudante, tendo em vista que aumentaria a carga de atividades diárias.

(13) Sim, mas com muitas dificuldades. Porque além de não ter tido condições de arcar com alimentação paga o mês todo, ainda teria dificuldades em fazer, pois tenho problemas que me dificultam na organização (respondente 04).

(14) Sim, mas com alimentação de má qualidade e pulando refeições (respondente 13).

(15) Sim, mas não conseguiria morar em Sobral (respondente 42).

(16) Acredito que sim, pelo menos a curto prazo. Mas com um curso de 5 anos, eventualmente eu teria que pensar em um trabalho de meio período (respondente 147).

(17) Sim, em questões financeiras sim, porém, em questão de tempo, não seria muito viável ter aula de manhã e tarde e ainda ter que ir em casa fazer comida, e isso impactaria na minha escolha de disciplinas com certos horários, o que poderia me atrasar no curso. Então costumo até dizer aos meus amigos com um tom de brincadeira, mas de verdade também "o RU salva vidas" (respondente 182).

A outra parcela de discentes (30,0%), respondeu que não teria como permanecer na graduação sem o Programa Restaurante Universitário, alegando os seguintes motivos: o elevado custo de vida em Sobral; o baixo poder econômico dos pais e familiares, a incompatibilidade de tempo disponível com as exigências do curso e a falta de utensílios e equipamentos básicos para preparar as refeições.

(18) Não, pois pelos preços hoje dos alimentos juntamente com o custo de moradia aqui em Sobral, ficaria inviável se manter aqui (respondente 73).

(19) Infelizmente não. Alimentação é muito caro, se tivesse o café da manhã na ufc eu também faria ele lá, porque, até pão se tornou caro de comprar todo dia. É muito difícil se manter sem

uma alimentação equilibrada e de qualidade, porque afeta na vida da gente como um todo (respondente 105).

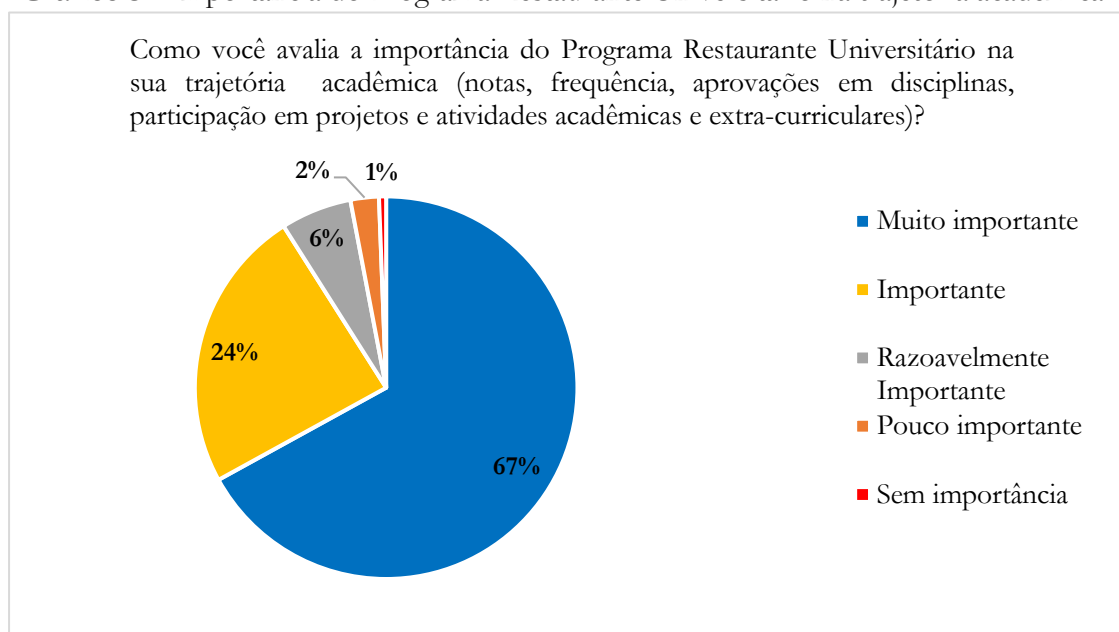
(20) Não teria condições, pois sou de baixa renda e beneficiada do programa auxílio moradia da universidade. Sem o RU meus pais não teriam condições de custear alimentação para mim (respondente 114).

(21) Não, pois meu curso é integral e posso ter até três turnos no dia (respondente 174).

A partir dos relatos dispostos acima, pode-se constatar que a existência do Programa Restaurante Universitário no Campus da UFC em Sobral desempenha um significativo papel na vida cotidiana do público estudantil, oferecendo condições para a sua permanência no ensino superior.

Assim, ao analisar o nível de importância do Programa na trajetória acadêmica dos graduandos (notas, frequência, aprovações em disciplinas, participação em projetos e atividades acadêmicas e extracurriculares), notou-se que, segundo a avaliação dos estudantes usuários, o programa pode ser considerado como elemento de considerável importância na trajetória acadêmica, tendo em vista que 91,0% dos respondentes assinalaram as opções importante e muito importante (Gráfico 3).

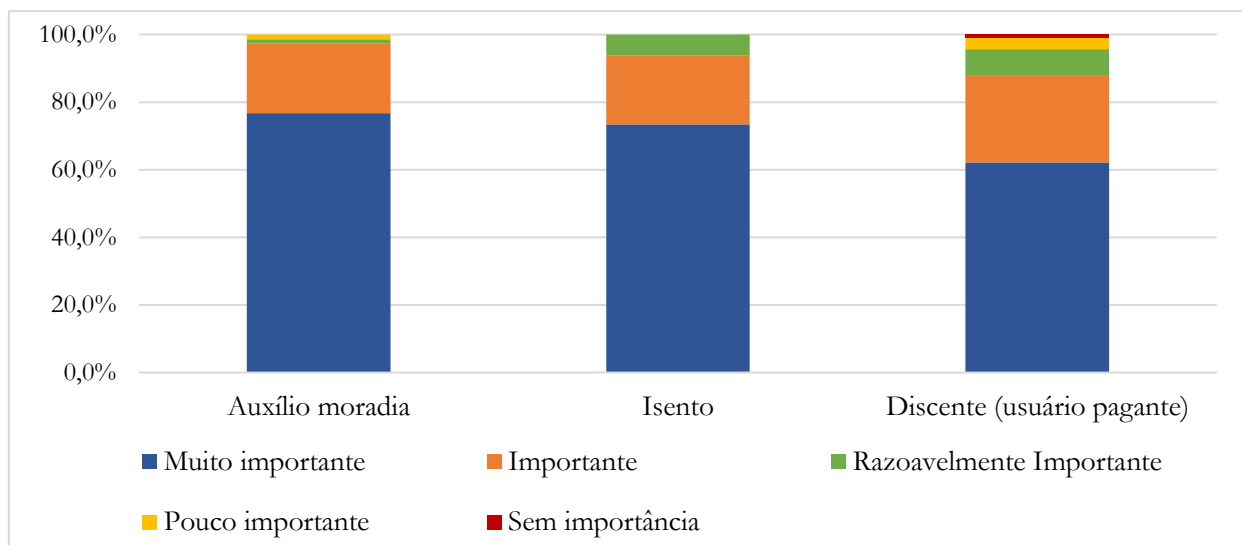
Gráfico 3 - Importância do Programa Restaurante Universitário na trajetória acadêmica



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa (2024).

Continuando ainda na questão anterior, ao realizar a análise das respostas por categorias de usuários, verifica-se que os níveis de importância apontados são muito semelhantes (Gráfico 4), em todas as categorias de acesso. Para os discentes beneficiados com a gratuidade, o item “muito importante” foi assinalado com mais frequência. Entretanto, ao associar o grau de importância na trajetória acadêmica com a categoria de acesso, percebeu-se que não houve diferença estatística significativa ($p=0,269$). Dessa maneira, entende-se que, independentemente da categoria de acesso, o Programa Restaurante Universitário influencia a trajetória acadêmica dos estudantes de graduação.

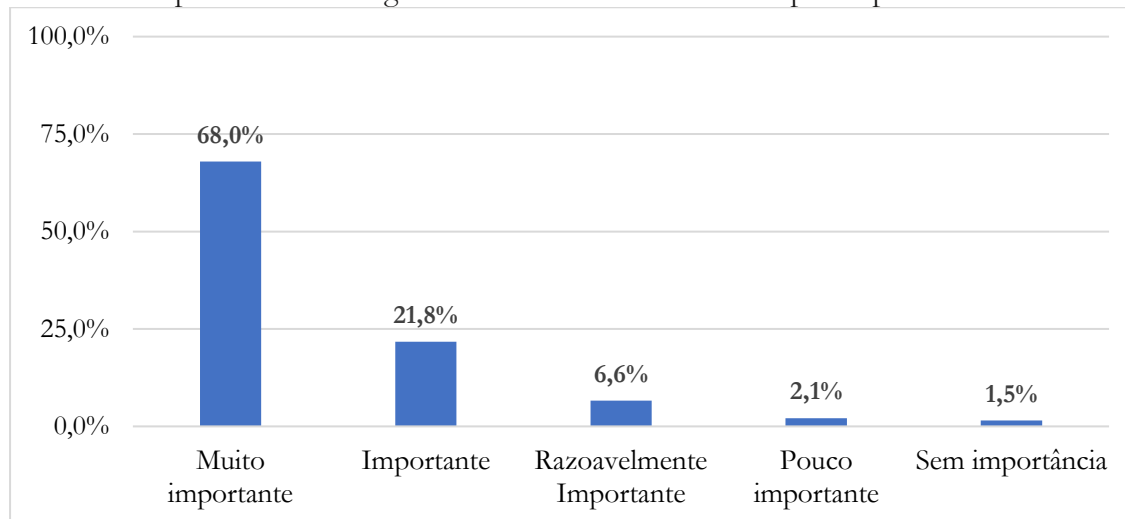
Gráfico 4 - Importância do Programa Restaurante Universitário na trajetória acadêmica por categoria de usuário



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa (2024).

Dando prosseguimento à análise dos resultados, foi solicitado que os estudantes respondessem à seguinte questão “Como você avalia a importância do Programa Restaurante Universitário no Campus de Sobral para sua permanência no ensino superior?”. Ao analisar as respostas assinaladas, notou-se que o Programa Restaurante Universitário exerce uma importante influência para os graduandos do Campus de Sobral, visto que quase 90,0% dos respondentes classificaram o Programa como “muito importante” (68,0%) e “importante” (21,8%) para a permanência no curso de graduação (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Importância do Programa Restaurante Universitário para a permanência estudantil

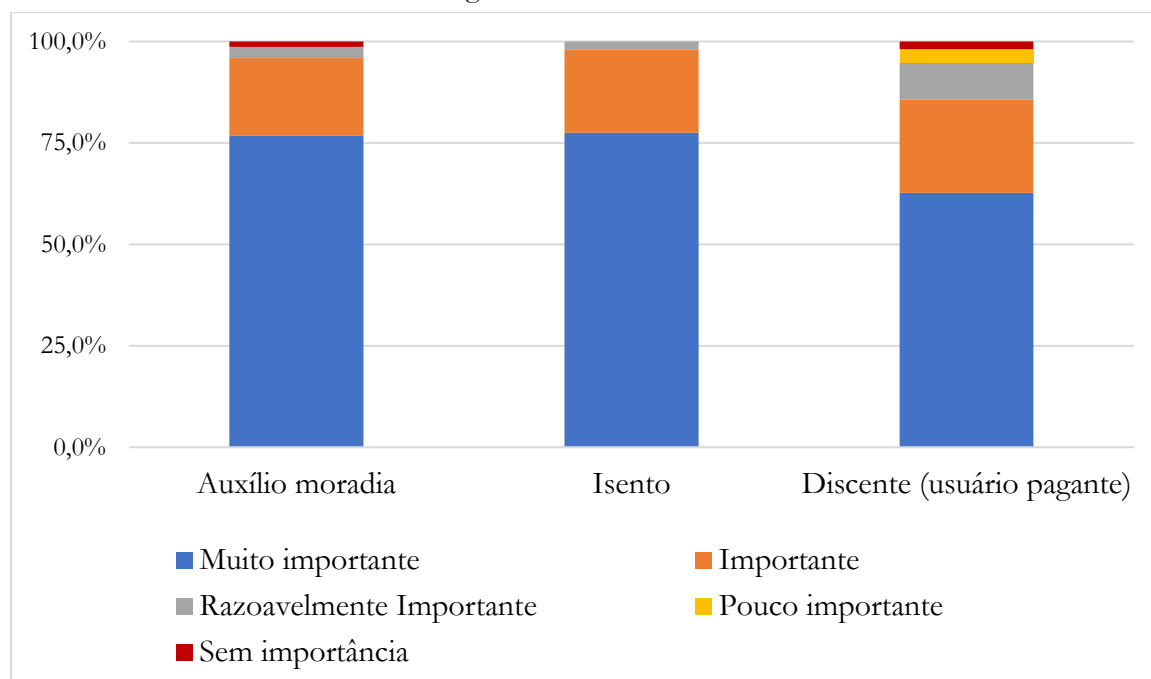


Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa (2024).

Prosseguindo ainda na questão anterior, foi feita a análise da percepção de importância por categoria de usuário de acesso. Os resultados encontrados mostraram que o grau de importância é semelhante entre as diferentes categorias, sendo razoavelmente maior para os estudantes beneficiados

com a gratuidade da taxa de acesso. Apenas uma mínima parcela dos discentes pagantes assinalou o item “pouco importante”. O item “sem importância” obteve porcentagens parecidas para os comensais da categoria auxílio moradia e discente pagante (Gráfico 6). O grau de importância não foi estatisticamente associado à categoria de acesso ($p= 0,114$).

Gráfico 6 - Importância do Programa Restaurante Universitário para a permanência estudantil por categoria de usuário



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados da pesquisa (2024)

Avaliando os resultados dispostos acima, observa-se como o Programa Restaurante Universitário passou a ser um serviço de considerável importância na vida do público estudantil, exercendo papel de relevante destaque na trajetória acadêmica e na permanência estudantil. Cabe destacar que esse serviço se tornou uma forma de auxiliar os discentes a vivenciarem o espaço universitário de modo integral e de ofertar condições adequadas e favoráveis para cursar a graduação.

Nota-se ainda que, independentemente da categoria de usuário (pagante ou gratuidade), não há diferenças significativas na percepção de importância do programa, demonstrando que o Programa Restaurante Universitário é um equipamento de grande relevância para todos os estudantes usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado teve como objetivo geral analisar a importância do Programa Restaurante Universitário para a permanência estudantil com a finalidade de identificar e discutir as diferentes percepções de importância do programa para os estudantes de graduação do Campus da UFC em Sobral.

Em síntese, o perfil do público participante do estudo pode ser descrito como pessoas do gênero masculino, com faixa etária entre 20 e 24 anos, autodeclarados pardos, que cursaram o ensino médio em escola pública, tinham renda mensal familiar entre um e dois salários-mínimos, precisaram migrar da cidade natal e, atualmente, residem em Sobral.

Os discentes relataram que diariamente faziam as duas principais refeições no Restaurante Universitário e a maioria estava acessando o serviço na categoria discente pagante. Com relação aos fatores motivadores para a utilização diária do RU, os respondentes assinalaram que o preço das refeições, a praticidade, a falta de tempo, a qualidade das refeições servidas e a distância de casa eram os principais aspectos que os levavam a consumir as refeições distribuídas no restaurante universitário. A percepção dos estudantes confirma o principal objetivo do Programa Restaurante Universitário da Universidade Federal do Ceará, que é a oferta de refeições de alta qualidade para a comunidade acadêmica.

Conforme visto nos resultados, as refeições servidas no RU colaboram para a melhoria dos hábitos alimentares dos estudantes de graduação, pois eles consideram que a alimentação distribuída é tida como saudável. Outra questão constatada foi o relato do aumento do consumo de produtos de origem vegetal, tendo em vista a oferta diária de saladas e frutas.

O restaurante universitário também é responsável pela oferta da principal fonte alimentar do dia para a maioria dos pesquisados. Esse fato demonstra que, sem o RU, o acesso às principais refeições do dia ficaria comprometido para um número considerável de estudantes. Caso o Programa Restaurante Universitário não fosse ofertado no Campus de Sobral, o público pesquisado respondeu que, mesmo assim, ainda teria escolhido essa unidade acadêmica para cursar a graduação. Todavia, os discentes apontaram que diversas adaptações precisariam ser realizadas na rotina diária, o que poderia elevar o nível de cansaço físico e mental, dificultando ainda mais a conclusão do curso superior.

No que diz respeito ao papel que o Programa Restaurante Universitário desempenha para o público estudantil, observou-se que, para a grande maioria, o programa é uma parte de valorosa importância tanto na trajetória acadêmica quanto na permanência estudantil, independentemente do tipo de usuário do serviço (pagante ou não pagante).

Constatou-se também que a atuação do Programa Restaurante Universitário no Campus da UFC em Sobral oferece condições para que os discentes usuários possam usufruir melhor do ambiente acadêmico, participem de atividades extraclasse e possam descansar no intervalo das aulas, uma vez que esses estudantes não precisam se deslocar para suas casas ou restaurantes para fazer as refeições. Além de disponibilizar diariamente refeições nutricionalmente adequadas e incentivando o aumento do consumo de alimentos saudáveis, esses fatores podem influenciar a melhoria da saúde física e mental dos estudantes e sua permanência no curso de graduação.

A partir do exposto acima, pode-se inferir que a pergunta condutora do trabalho (“Qual a influência do Programa Restaurante Universitário na permanência do discente de graduação do Campus da UFC em Sobral?”), foi efetivamente respondida, sendo constatado que o Programa Restaurante Universitário representa para o estudante de graduação do Campus de Sobral um equipamento fundamental para a garantia da permanência do discente no curso de graduação.

Segundo as explanações dos próprios estudantes pesquisados, sem a disponibilização desse serviço da assistência estudantil, a trajetória acadêmica seria ainda mais complexa e mais obstáculos teriam de ser enfrentados durante o caminho até a conclusão do curso, o que poderia aumentar o tempo necessário para concluir a graduação, podendo aumentar os índices de retenção e evasão universitária.

Diante de tudo o que foi exposto, pode-se concluir que o objetivo desta pesquisa - analisar a importância do Programa Restaurante Universitário na permanência estudantil com a finalidade de identificar e discutir as diferentes percepções de importância do programa para os estudantes de graduação do Campus da UFC em Sobral - foi alcançado. Os resultados deste estudo poderão servir

como instrumento para que os gestores dos restaurantes universitários e de outros setores da assistência estudantil possam compreender melhor o perfil do usuário, a partir do entendimento das noções de importância e sentimentos que os estudantes têm sobre o Programa Restaurante Universitário, para poder elaborar e realizar atividades e melhorias de modo mais assertivo, buscando fortalecer e garantir a continuidade desse valioso programa da assistência estudantil.

Por fim, cabe ressaltar que a conclusão deste trabalho não deve encerrar a discussão acerca do tema apresentado. Como direções futuras, recomenda-se que sejam realizadas mais pesquisas aprofundadas sobre a temática, tanto dentro da Universidade Federal do Ceará quanto em outras Instituições Públicas de Ensino Superior, tendo como objetivo ratificar, complementar ou questionar os resultados deste estudo e ainda analisar se os dados obtidos neste trabalho podem ser aplicados a outras realidades encontradas no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rafaela Silveira de; NUNES, Ilanna Teixeira; ABREU, Domingos Sávio. Sentidos da assistência estudantil no ensino superior: o que pensam os universitários em situação de pobreza. *In*: LOPES, Valmir; ABREU, Domingos Sávio; RIOS, Genílria (org.). **Quando gira a roda da história: o Programa Bolsa Família e seus beneficiados**. 1ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2021, 252 p.

ALVES, Daniel Cardoso; BRITO, Marta Lorena Lima. Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SiSu no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 26, p. 24-44, 2021.

ALVES, Hayda Josiane; BOOG, Maria Cristina Faber. Comportamento alimentar em moradia estudantil: um espaço para promoção da saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, p. 197-204, 2007.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; ARAÚJO, Adriana Castro. Avaliação dos impactos do Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, p. 437-464, maio/ago. 2021.

ARAÚJO, Anne Caroline Costa. **A Percepção Discente sobre a Residência Universitário no Brasil e o Programa Auxílio Moradia no Campus da UFC em Sobral**. 2016. 94f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/17044/1/2016_dis_accaraujo.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Cláudio Simon. “Não havia outra saída”: percepção de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico-USF**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 95-105, jan./abr. 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENVINDO, Joyce Larissa da Silva; PINTO, Ana Maria de Souza; BANDONI, Daniel Henrique. Qualidade nutricional de cardápios planejados para restaurantes universitários de universidades federais do Brasil. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 447-464, 2017.

BRASIL. **Decreto n.º 6.096**, de 24 abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 21 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Painel do Censo da Educação Superior**. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjUzZjU2YzItY2VlZC00MzcwLTk4OWYtODMzNWYyNzJkM2ZhIiwidCI6IjZjczODk3LWM4YWVtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 06 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 12 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.914**, de 03 de julho de 2024. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.

CARVALHO, Vera Lúcia de Fátima Pereira. **Terceirização ou autogestão?** Estudo de caso do restaurante universitário do IFMG – Campus Bambuí. 2022. 117f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2022. Disponível em: https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3145/Disserta%0c3%0a7%0c3%0a3o_2022036.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 24 fev. 2024.

CORREIO, Larissa Cavalcanti de Albuquerque. Assistência estudantil na política de Educação Superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Superior**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2018.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27499/000764752.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 dez. 2024.

CRISTINO FILHO, Gerardo. **Memorial Descritivo**. Disponível em:

<https://gerardocristino.com.br/memorial>. Acesso em: 14 jan. 2024.

EVANGELISTA, Leilane Lima Almeida. **Retenção discente em cursos de educação: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)**. 2020. 142f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – POLEDUC, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/54208/3/2020_dis_llaeangelista.pdf. Acesso em: 28 jan. 2024.

FAVATO, Maria Nilse; RUIZ, Maria José Ferreira. REUNI: política para a democratização da educação superior?. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 12, n. 2, p. 448-463, maio/ago 2018.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos Olhares. Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Coordenação: ANDIFES. UFU, PROEX: 2012. Disponível em: http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf. Acesso em: 15 jan 2024.

FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2018. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-dos-Estudantes-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2024.

FRÓES, Ana América Gonçalves. **Os aprendizes da casa verde**: um estudo sobre a comensalidade. 2010. 77f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9584/1/Dissertacao%20Ana%20America%20Froes01.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2024.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, v. 37, 2021.

HADDAD, Mariana Rebello. **O restaurante central como mecanismo de assistência estudantil**: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo. 2013. 114f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6311/1/Mariana%20Rebello%20Haddad.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado) - Programa de PósGraduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10923/5137>. Acesso em: 12 fev. de 2024.

MAGALHÃES, Rosélia Pinheiro. **Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação**: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013. 205f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/23271/23271.PDF>. Acesso em: 05 abr. 2024.

MAIA, Tania Maria Lacerda. **Planejamento e gestão estratégica para o restaurante universitário da UFC em um cenário de expansão do número de alunos**. 2008. 107f. Dissertação (Mestrado em

Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2857>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MARTINS, Paulo Fernando de Melo; SILVA, Eder Gama da; MAURICIO, Nathanni Marrelli Matos. A história da assistência estudantil no ensino superior brasileiro: programa nacional de assistência estudantil e o aumento das classes "D" e "E" nas universidades federais. **Revista Observatório**, Palmas, v. 5, n.6, p. 886-911, out. 2019.

MEDEIROS, Lara Gabriele Ferreira *et al.* A gestão de processos como fonte de melhorias: aplicação de técnicas de mapeamento de processos em um restaurante universitário. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 9, 2013, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Disponível em: https://cneg.org/anais/artigo.php?e=CNEG2013&c=T13_0634_3479. Acesso em: 22 abr. 2024.

MOREIRA JUNIOR, Fernando de Jesus *et al.* Satisfação dos usuários do Restaurante Universitário da Universidade Federal de Santa Maria: uma análise descritiva. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v.28, n.2, p. 83-108, mai/ago. 2015.

MUSSIO, Bruna Roniza. **A alimentação no âmbito da assistência estudantil para o ensino superior**: uma análise das Universidades Federais Brasileiras. 2015. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira do Sul, Chapecó, 2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/721>. Acesso em: 12 dez. 2023.

NUNES, Ilanna Teixeira. **Acesso à política de assistência estudantil: uma análise do impacto do auxílio moradia nas trajetórias de estudantes da UFC no *Campus Sobral***. 2021. 166f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/60857>. Acesso em: 13 dez. 2023.

OLIVEIRA, Rodrigo Teles Dantas de; BARBOSA, Jenny Dantas. Retenção dos discentes de administração da UFS: fatores condicionantes e ações da gestão acadêmica. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 17, n. 2, 2016.

PIMENTEL, Carolina Vieira de Mello B.; ELIAS, Maria F.; PHILIPPI, Sonia T. **Alimentos funcionais e compostos bioativos**. Barueri: Editora Manole, 2019. *E-book*. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761955/>. Acesso em: 26 jan. 202.

SANTOS, Vanessa Marinho dos. **Qualidade percebida e satisfação do consumidor quanto à prestação de serviços do restaurante universitário da UFPE**. 2016. 144f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – UFPE, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/26896>. Acesso em: 02 mar. 2024.

SILVA, Adão Rogério Xavier; CARVALHO, Mark Clark Assen de. Demarcações históricas sobre a política de assistência estudantil no Brasil. **Revista Exitus**, v. 10, 2020.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Andreliza Cristina de; BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. Política de cotas e democratização do ensino superior: a visão dos implementadores. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v.3, n.3, p.515-538, set./dez. 2017.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Editora Harbra, 1981.

TEIXEIRA, Linnik Israel Lima *et al.* Satisfação de comensais do restaurante universitário da Universidade Federal do Ceará: avaliação e perspectivas. 2016. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA*, 16., Arequipa, Peru. **Anais** [...] Florianópolis: UFSC, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/172082/OK%20-%20102_00522%20-%20OK.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 fev. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis**. Fortaleza: UFC, 2024a. Disponível em: <https://prae.ufc.br>. Acesso em: 03 de maio de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (UFC- SIPAC)**. Fortaleza: UFC, 2024b. Disponível em: <https://si3.ufc.br/sipac/login.jsf>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Painéis estratégicos da UFC**. Fortaleza: UFC, 2024c. Disponível em: <https://paineis.ufc.br/>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez.2010.

VIEIRA, Valéria Gonçalves; CAVALCANTI, Elmano Pontes. Análise dos serviços de um restaurante universitário na perspectiva dos usuários. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 9, n. 10, p. e4519108715-e4519108715, 2020.

WOLFF, Luciano. **Satisfação do usuário como ferramenta administrativa voltada para a qualidade nos RUs das Universidades Federais brasileiras**. 2018. 144f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/994/1/LucianoWolff.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Autora 1 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Autora 2 – Orientação da pesquisa e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.